



## **ANEXO I**

## **JUSTIFICATIVAS**

**Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, depois de relacionadas, passam a integrar o TR.

**Justificativas da necessidade da contratação:**

Os itens objeto deste estudo são reservatórios de polietileno com capacidade de 5.000 L e 10.000 L. A instalação desses equipamentos representa importante recurso na estruturação das atividades produtivas dessas localidades. Esses reservatórios, com sua capacidade de armazenamento, podem ser associados a diversas fontes, tais como poços artesianos, barragens, açudes, etc, fornecendo água para múltiplos usos, desde consumo humano, dessedentação animal, até irrigação de hortas para consumo familiar e venda de excedentes.

**Da escolha da solução:**

A solução adotada é considerada a mais adequada ao atendimento da necessidade devido à existência de comunidades rurais difusas compostas de habitações similares mas relativamente distantes entre si, nas quais a ampliação da capacidade de armazenamento de água é importante para a melhoria da qualidade de vida nessas regiões. Ainda que fosse optado por construções de adutoras, a presente ação seria necessária para a reserva de água, independentemente da fonte.

**Dos Procedimentos, Critérios e Parâmetros para obtenção de Preços**

Para obtenção do preço estimado da contratação foi utilizado como método matemático a média dos preços coletados, de acordo com o art. 6º da IN nº 65, de 7 de julho de 2021. Conforme o mesmo dispositivo desconsiderou-se preços que apresentaram valores inexequíveis. Na elaboração da pesquisa de preços, foram observados os critérios apontados no art. 4º da IN nº 65. Além disso, foram respeitados os parâmetros elencados no seu art. 5º e incisos, sendo utilizados licitações anteriores e cotação com fornecedores.

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das



Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

Esta licitação, na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, enquadra-se no inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida em que forem sendo apresentados novos pedidos dos itens incluídos na presente licitação. As novas demandas do público-alvo que podem surgir durante a vigência dos contratos, assim como a própria liberação dos recursos orçamentários colaboram para esse enquadramento legal como SRP. Em complemento, ressalta-se que, no momento da elaboração do TR, na fase de dimensionamento dos quantitativos, não há uma estimativa precisa do montante de recursos orçamentários que serão destinados a essa ação, justificando o enquadramento do caso concreto ao disposto no dispositivo legal supracitado.

### **Intenção de Registro de Preço – IRP:**

Em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória e do reduzido quantitativo de pessoal nas unidades demandantes para fins de gerenciamento da participação de outros órgãos no presente certame, optou-se pela não divulgação de IRP. Assim, conforme art. 31 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

### **Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):**

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Quanto à admissibilidade de adesões, esta justifica-se também por não exigir acompanhamento contínuo do certame, sendo necessária apenas a análise pontuais de solicitações de adesão.

### **Justificativa de reserva de cota de 5% (cinco) por cento:**

Em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de 5% (cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Esse percentual foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. No entanto, deverá ser observada a receita bruta anual das licitantes com vistas a seu enquadramento como ME e EPP para o acesso às cotas reservadas, de acordo com o disposto no inciso I, §1º do art.



4º da Lei nº 14.133/2021.

### **Participação de Consórcios**

A participação de consórcios não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios.

### **Participação de Sociedades Cooperativas**

A participação de sociedades cooperativas será permitida, em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e desde que as entidades atendam aos requisitos elencados nos incisos I a IV do art. 16 da mesma.

### **Subcontratação:**

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação em virtude da homogeneidade dos itens a serem licitados. A composição dos equipamentos não apresenta componentes específicos que justificassem buscar fornecedores especializados a serem subcontratados.

### **Divulgação do Orçamento:**

Orçamento público, justificado em virtude do disposto no Acórdão nº 1.502/2018 – TCU.

### **Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:**

Proporcionar uma maior competição entre as empresas, obtendo a melhor proposta para a administração pública. Da mesma forma, a divisão da licitação em lotes/itens de menores quantidades acarretaria perda de economia de escala, bem como aumento de riscos de inexecução por empresas de menor capacidade operacional.

### **Dos requisitos de aceitação das propostas e Qualificação Técnica**

As propostas para serem consideradas válidas atenderão aos itens 8 e 9 do Termo de Referência. Com vistas à qualificação técnica das licitantes será exigida apresentação de atestados que comprovem execução de no mínimo 30% de cada item. Justifica-se esse valor, pois está em conformidade com o §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e dentro do limite estabelecido no mesmo dispositivo. Além disso, busca ampliar a concorrência, evitar eventuais direcionamentos e reduzir riscos de inexecução dos contratos.

### **Da Qualificação econômico-financeira**



De acordo com o §4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 e com o item 9.3.1 do TR, será exigida apresentação de capital social mínimo de 10% do valor orçado pela Codevasf. Além da previsão legal, isso justifica-se devido à necessidade de evitar a participação de licitantes chamados “aventureiros”, que trazem riscos potenciais à execução do objeto, sem, no entanto, comprometer a competição entre aqueles licitantes qualificados.

### **Critério de Julgamento:**

Menor preço por item. Justifica-se de modo a buscar o melhor preço para a administração pública (princípio da economicidade), destacando que foi previsto/especificado as condições mínimas para garantir a qualidade dos itens fornecidos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5%, valor que procura equilibrar a diferença entre os valores unitários e quantitativo dos diversos itens.

### **Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços**

De acordo com o artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e com o item 11.4 do TR, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com renovação de quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso. Desta forma, evitaria-se novo processo licitatório, gerando economia de recursos, justificando assim a prorrogação.

### **Do Reajustamento de Preços**

Será adotado o Índice de Preços ao Produtor - IPP/IBGE como índice de referência para aplicação de reajuste aos contratos. Justifica-se a adoção do índice devido a este refletir a variação do setor industrial ao qual estão inseridos os itens objeto dos contratos a serem firmados.

### **Sustentabilidade Ambiental:**

Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

### **Garantia do Objeto:**

Visando atender aos objetivos da contratação pública e considerando o material empregado no processo construtivo dos equipamentos (polietileno) e, ainda, com base nas condições de garantia de fábrica oferecida pelos principais fornecedores desse mercado, será exigida garantia técnica de fábrica dos reservatórios de água de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, sem limite de tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantia do fabricante.



### **Garantia de Execução:**

A presente licitação visa a formação de Sistema de Registros de Preços e não exigirá prestação de garantia de execução (caução), sem prejuízo das sanções previstas em Lei para os casos de inexecução total ou parcial do objeto.

### **Matriz de Riscos**

Como medida da boa prática administrativa, foi incluída a matriz de risco, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência.

### **Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:**

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.

### **Apresentação de amostras:**

Para o escopo do fornecimento não é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

### **Dos quantitativos a serem licitados:**

O levantamento da demanda foi realizado através da mensuração de aquisições de anos anteriores e de demandas existentes para o ano de 2026, considerando a ampliação da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF